

# Descentralização, Gestão e Desenvolvimento Local: Uma apreciação a partir do Plano Nacional de Turismo

PATRÍCIA ROSVADOSKI-DA-SILVA \* [ patirosvadoski@gmail.com ]

SUELY DE FÁTIMA RAMOS SILVEIRA \*\* [ sramos@ufv.br ]

LEONARDO PINHEIRO DEBOÇÃ \*\*\* [ leonardopd@gmail.com ]

**Resumo** | O turismo é uma atividade que está em constante crescimento, gerando benefícios como emprego, renda, melhorias de infraestrutura, e até uma vida melhor para as localidades que sobrevivem dele. Na medida em que a atividade turística ganha corpo como promissora para o desenvolvimento local, a administração pública deve assumir o seu papel enquanto provedora e reguladora da atividade. Neste caminho, o Plano Nacional de Turismo (PNT) configurou-se como o principal documento no Brasil a reger a atividade turística, apontando diretrizes para que os governos estaduais, secretarias e demais atores envolvidos pudessem nortear suas políticas públicas. Este trabalho procurou discutir os objetivos do Macroprograma 4 do PNT à luz dos conceitos de Descentralização, Gestão e Desenvolvimento Local. O trabalho foi estruturado a partir da introdução, do referencial teórico explanando os conceitos de gestão e políticas públicas, descentralização, da forma como as políticas públicas estão inseridas na atividade turística e, por fim, dos conceitos de desenvolvimento local e turismo, seguidos dos procedimentos metodológicos utilizados e da análise dos resultados. Este estudo caracteriza-se por qualitativo, descritivo e documental. Os dados utilizados foram secundários, recorrendo ao Plano Nacional do Turismo e ao Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, e foram coletados no sítio oficial do Ministério do Turismo, sendo que a análise foi dividida em duas partes: na primeira, os dados foram transcritos dos resultados do MTUR, dentro das treze dimensões utilizadas pelo ministério. Na segunda etapa foram avaliadas as categorias de análise – Descentralização, Gestão, Desenvolvimento Local, sendo, portanto, que as bases para analisar são as treze dimensões propostas pelo MTUR, nas quais se manifestam indicadores de competitividade do turismo no Brasil. Conclui-se que, dentro das categorias analisadas, os objetivos do Macroprograma 4 não foram atingidos de forma satisfatória.

**Palavras-chave** | Turismo, Plano Nacional do Turismo, Descentralização, Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento Local.

\* **Bacharel em Turismo** pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. **Mestranda em Administração** na Universidade Federal de Viçosa. **Bolsista** CAPES.

\*\* **Doutorada em Ciências Económicas** pela Universidade de São Paulo e **Professora** do Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa.

\*\*\* **Doutorando em Administração** na Universidade Federal de Minas Gerais, **Mestre em Administração** pela Universidade Federal do Paraná e **Professor** do Curso de Administração na Universidade Federal de Viçosa, Campus Rio Paranaíba.

**Abstract** | Tourism is an activity that is constantly growing, creating benefits such as employment, income, infrastructure improvements, and even a better life for cities who survive from him. To the extent that tourism is taking shape as promising for the local development, public administration must assume its role as provider and regulator of the touristic activity. In this way, the National Tourism Plan (PNT) was configured as the main document governing Brazil's tourist activity, pointing guidelines for state governments, departments and other stakeholders which could guide their public policies. This study aimed to discuss the objectives of the Macro-program 4 of the PNT concerning to the concepts of decentralization, management and local development. The structure of the paper was presented from the introduction, explaining the theoretical concepts of management and tourism policies, decentralization and, finally, the concepts of local development and tourism, followed by the methodology used and the results analysis. The study's character is basically qualitative, descriptive and documentary. Secondary data were used, from National Tourism Plan and Report Brazil's 2010 the Competitiveness Index of the National Tourism. Data were collected in the official website of the Ministry of Tourism and the analysis was divided into two parts: in the first one, the data were transcribed from results of the MTUR within the thirteen dimensions used by the ministry. In the second step we measured the categories of analysis. These were the thirteen dimensions proposed by MTUR in which occurs a manifestation of the competitiveness indicators of tourism in Brazil. We conclude that, within the categories analyzed, the objectives of Macro-program 4 have not been met satisfactorily.

**Keywords** | Tourism, National Tourism Plan, Decentralization, Public Policy Management, Local Development.

## 1. Introdução

A administração pública se ocupa, entre outros aspectos, das necessidades da coletividade. Partindo da definição de que as palavras administração e gestão são sinônimas, conforme Oliveira e Zouain (2011), tem-se, então, que a Gestão ou administração pública tem em suas finalidades o conjunto de normas, funções e princípios para ordenar a estrutura e o funcionamento de uma organização pública.

Para Tenório (2006: 104), o significado da administração pública é gerenciar os propósitos de um governo e os negócios de Estado, procurando atender o todo, o coletivo, a sociedade sem discriminação, de tal forma que, independentemente da organização que a pratique, deva estar orientada para o público e não para o privado, para o coletivo e não para os indivíduos, para benefício da comunidade e não dos compadres.

Neste contexto, o Estado considerado com todo o aparato por meio do qual o governo exerce seu poder através de políticos eleitos, servidores públi-

cos, civis não eleitos, regulamentações, normas e leis, em âmbito federal, estadual e municipal, as políticas públicas surgem como um mecanismo do Estado para administrar os bens públicos.

De outro lado, o turismo é uma atividade dinâmica, gerando benefícios como emprego, renda, melhorias de infraestrutura, impactando de algum modo na qualidade de vida em diversas localidades. Neste sentido, a atividade turística é entendida como propulsora para o desenvolvimento local. Circunscrever a dinâmica de desenvolvimento a uma dimensão local significa entendê-lo como um processo endógeno apto para a promoção do dinamismo econômico e da melhoria da qualidade de vida da sociedade local, buscando a transformação singular nos fundamentos econômicos e na organização social em nível local. A ideia é que o desenvolvimento resultante contemple a mobilização das energias da sociedade local, no sentido de explorar suas capacidades e potencialidades específicas.

Na medida em que a atividade turística ganha corpo como promissora para o desenvolvimento

local, a administração pública deve assumir o seu papel enquanto provedora e reguladora da atividade. Além disso, ainda devem ser priorizadas atividades promotoras de infraestrutura básica necessária ao bom desempenho da atividade e o estabelecimento do planejamento de políticas públicas voltadas à vocação e adequação à oferta e à procura turística.

Sendo assim, entende-se que o desenvolvimento de uma política nacional de turismo é importante para estabelecer as metas e direcionar o desenvolvimento do setor. Neste caminho, o Plano Nacional de Turismo configurou-se como o principal documento no Brasil a reger a atividade turística, apontando diretrizes para que os governos estaduais, secretarias e demais atores envolvidos pudessem nortear suas políticas públicas.

O Plano Nacional de Turismo – PNT está dividido em metas e Macroprogramas. Cada Macroprograma se subdivide em programas. Optou-se por analisar o Macroprograma 4 do Plano Nacional do Turismo que discute o processo de regionalização do turismo.

Tendo em vista o exposto, este trabalho visa discutir os objetivos do Macroprograma 4 do PNT à luz dos conceitos de Descentralização, Gestão e Desenvolvimento Local.

Desta forma as categorias de análise criadas foram Descentralização, Gestão, Desenvolvimento Local, sendo estas, portanto, as bases para analisar as treze dimensões do Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional proposto pelo Ministério do Turismo – MTUR nas quais se manifestam indicadores de competitividade do turismo no Brasil.

A partir desta introdução, o trabalho está estruturado da seguinte forma: referencial teórico discutindo os conceitos de gestão e políticas públicas, descentralização, como as políticas públicas estão inseridas na atividade turística e, por fim, os conceitos de desenvolvimento local e turismo. Na próxima seção são descritos os procedimentos metodológicos, seguida da análise dos resultados.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1. Gestão e Políticas Públicas de Turismo

Rua (1998: 232) define política como um conjunto de “procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”.

Quando se trata de políticas públicas, há um grande leque de conceitos na literatura que trata o assunto. Para Rua (1998: 232) políticas públicas são resultantes das atividades políticas, as quais compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores.

Para se fazer ou elaborar políticas públicas, é necessário que se compreenda o papel do Estado nesse ato, assim nessa fase significa definir quem decide o quê, quando, com que conseqüências e para quem.

Após a elaboração e a implementação da política pública, passa-se para o estágio da análise dessa política. Segundo Barbosa (2009: 28), a análise se ocupa do estudo de seus efeitos e o das instituições sobre a sociedade, convertendo o social em variável dependente do fenômeno político.

Em vista dos impactos que o turismo pode trazer, sejam eles positivos ou negativos, é que a atividade turística carece da formulação de políticas públicas que, segundo Cruz (2002: 40) significa o “(...) conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”.

Dessa forma, Barbosa (2009: 44) destaca que o governo federal apostou no turismo como um vetor para a aplicação de políticas capazes de agregar e promover as necessidades do país de gerar empregos, de ampliar divisas.

A busca por uma gestão do turismo no Brasil com vista a conceber um novo modelo de gestão pública descentralizada e participativa, tratando o

turismo como um negócio, que gera divisas e empregos, promove o desenvolvimento local e busca a sustentabilidade, se deu com a criação do Plano Nacional do Turismo (PNT).

Segundo Mamberti e Braga (2004: 4), o PNT é um instrumento de planejamento que tem como fim explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do turismo. A conceituação e organização desses programas dar-se-ão a partir de problemas e obstáculos que impedem o crescimento e o aperfeiçoamento do mercado de turismo brasileiro (Barbosa, 2009: 44).

Para o PNT 2003-2007 foram criados sete Macroprogramas (Gestão e Relações Institucionais, Fomento, Infraestrutura, Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, Qualidade do Produto Turístico, Promoção e Apoio a Comercialização e Informações Turísticas). Dentro de cada Macroprograma, encontram-se programas relacionados a questões específicas do desenvolvimento do turismo brasileiro (Gomes e Santos, 2007: 76-77).

Já no PNT 2007-2010 os Macroprogramas em curso foram evoluindo e hoje são: Informação e Estudos Turísticos, Planejamento e Gestão, Logística de Transporte, Regionalização do Turismo, Fomento à Iniciativa Privada, Infra-estrutura Pública, Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos, Promoção e Apoio à Comercialização (Ministério do Turismo, 2010: 58).

Na prática, nos planos do governo federal, o turismo “traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística” (Ministério do Turismo, 2003: 7). Por isso, o PNT apresenta um conceito de regionalização um pouco diferente do conceito aplicado atualmente no mapa geopolítico brasileiro. Assim, o Plano Nacional de Turismo defende a necessidade de adotar um novo modelo de gestão descentralizada, que promova “uma visão sistêmica e cooperada entre os diversos atores no que resultará em maior competitividade empresarial

e proporcionará maior inclusão social” (Ministério do Turismo, 2003: 7).

Desta forma, as políticas públicas e o planejamento do turismo devem ser vistos como um meio para que os destinos alcancem a sustentabilidade econômica, sociocultural e ambiental dos locais, haja vista também a ampliação da atividade para o desenvolvimento local e com isso os desafios ainda não enfrentados na formulação e aplicabilidade desse planejamento e políticas, que por fim, devem incorporar-se na perspectiva da gestão pública municipal.

## 2.2. Descentralização de Políticas Públicas

Como apresentado no conceito de políticas públicas acima, para que ocorra a implementação das mesmas, uma das estratégias utilizadas pelo governo é a descentralização, com vistas a delegar funções também aos governos locais e instituições privadas.

A descentralização e a delegação de poder são termos ou expressões que se assemelham, mas que, freqüentemente são utilizados como sinônimos de forma errônea. De acordo com Bresser-Pereira e Spink (2006: 109), a descentralização é a redistribuição de funções e tarefas de unidades das organizações para unidades mais periféricas e a delegação de poder é a transferência da capacidade decisória de níveis superiores da organização para os níveis inferiores.

Segundo Bresser-Pereira e Spink (2006), citado por Monteiro (2008: 58), o fenômeno da descentralização foi observado no Brasil desde o final da década de 1970, quando começou a crise do Estado e da burocracia, e início dos anos 1980, com uma grande revolução na administração pública dos países centrais em direção a uma administração pública gerencial. No Brasil, a descentralização se formaliza e consagra principalmente com a Constituição Federal de 1988, em que a descentralização redefiniu os papéis do Governo Federal, do Estadual e do Municipal.

O processo de descentralização tem sido considerado, por alguns estudiosos, como um importante instrumento favorável a uma melhor redistribuição dos recursos públicos, dando melhores condições ao agente do poder público para atuar, diretamente, no nível local e conhecer melhor as reais necessidades de cada comunidade. No entanto, alguns estudiosos consideram que a descentralização pode causar ineficiência e fortalecer o clientelismo, pois, a irresponsabilidade fiscal dos governos locais compromete a estratégia nacional de desenvolvimento (Souza, 2007: 9).

Para Souza (2007: 9), o processo de descentralização tem sido apresentado como uma das formas para melhorar a eficiência alocativa do setor público e conter a intervenção estatal na economia, pois aproxima a gestão pública dos cidadãos, o que favorece a transparência da política pública.

Em suas premissas, o PNT descreve: "Fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e assegurar ainda mais condições para a promoção do Brasil no exterior são algumas das ações que fazem do Plano Nacional do Turismo 2007/2010 um importante indutor do desenvolvimento, e da inclusão social" (Ministério do Turismo, 2007: 11), apresentando dessa forma, uma política pública para o desenvolvimento da atividade de forma a levar o desenvolvimento das mais diversas regiões do país através do turismo de forma estratégica e descentralizada.

### 2.3. Desenvolvimento Local e Turismo

O conceito de desenvolvimento local está bastante atrelado ao conceito de desenvolvimento propostos por Furtado (2000) e Sachs (2004). Estes autores compreendem que o processo de desenvolvimento está muito além da capacidade produtiva e econômica de uma região, mas deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento.

De acordo com Furtado (2000), a ideia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em nossa época. E ainda, Furtado (2000) descreve que o conceito de desenvolvimento envolve pelo menos três aspectos: o primeiro relacionado ao incremento da eficácia do sistema social de produção, seguido da satisfação de necessidades elementares da população, e o terceiro, da consecução dos objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos.

Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento local, destacado por Buarque (1999), consiste em um processo endógeno apto para a promoção do dinamismo econômico e da melhoria da qualidade de vida da sociedade local, o qual representa uma transformação singular nos fundamentos econômicos e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento necessita elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Neste contexto, Gava (2009: 44), ao conjugar o estudo de desenvolvimento local, considerando as relações sociais de um determinado espaço, envolve a complexa trama das relações extras locais indispensáveis para o seu entendimento. Essas relações internacionais são parte inerente da história nacional, e continuam decisivas para sua compreensão.

A perspectiva de pensar o desenvolvimento a partir de um novo aspecto, onde o local assume também um papel de ator, que deixa de ser passivo, e de fato deve atuar na solidificação das novas possibilidades de desenvolvimento nacional, é, sem dúvida, umas das conseqüências mais expressivas da reestruturação produtiva do final do século XX.

A opção pelo turismo, como alternativa para o desenvolvimento local, implica a compreensão de que é uma atividade econômica que possibilita

um aproveitamento bastante amplo de recursos culturais, sociais, ambientais, institucionais entre outros, ampliando as possibilidades de crescimento e a perspectiva de plena utilização das capacidades humanas locais. A localidade, quando participa do mercado turístico, abre a perspectiva para a incorporação ao processo produtivo de pessoas que, nos parâmetros anteriores da industrialização, seriam consideradas improdutivas, como os idosos.

Dessa forma, a menor unidade de ação, o local, torna-se fundamental para a compreensão não só do potencial como da própria capacidade real da atividade turística manifesta, e, assim, das possibilidades do desenvolvimento local alcançar o regional e o nacional. Tanto é que a própria intenção de regionalização, enquanto força aglutinadora de coordenação das atividades turísticas, representa um esforço de transformação no município, porém, de forma “mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada” (Ministério do Turismo, 2004: 11). Nesse mesmo sentido, Bolson (2006: 71) acrescenta que “adotar o modelo de regionalização do turismo (...) exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social”. Exige, ainda, “assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe” (Bolson, 2006: 71).

### 3. Procedimentos Metodológicos

#### 3.1. Classificação

Este estudo classifica-se quanto a sua abordagem como qualitativo. De acordo com Richardson (1999: 80) o enfoque qualitativo é necessário para

“Descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos”.

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, definida, conforme Malhotra (2001: 108), como “um tipo de pesquisa conclusiva que tem como principal objetivo a descrição de algo”, e a estratégia utilizada foi a pesquisa documental que, de acordo com Moreira (2005), caracteriza-se como processo de levantamento, verificação e interpretação de documentos, tendo como objetivo um fim predeterminado.

#### 3.2. Coleta e tratamento dos dados

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas:

Na primeira, foram coletados e transcritos os resultados do MTUR, dentro das treze dimensões utilizadas pelo ministério. Estes dados utilizados foram secundários, coletados no sítio oficial do Ministério do Turismo, sendo fonte desses dados:

O Plano Nacional do Turismo – deste documento selecionou-se o Macroprograma 4 intitulado Regionalização do Turismo e subdividido em 4 programas: Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização; Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos; Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo.

De acordo com o MTUR esse Macroprograma se caracteriza pela regionalização do turismo, implantada pelo Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em abril de 2004, e propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. Constitui, dessa forma, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada

e integrada, com base nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões, como estratégia orientadora dos demais Macroprogramas, programas e ações do PNT (PNT, 2007/2010).

O documento utilizado para levantar os resultados obtidos pelo Macroprograma foi Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, realizado pelo MTUR, já que os 65 destinos indutores foram desenvolvidos a partir, não apenas dos objetivos do PNT, como de um dos programas do Macroprograma 4.

Este documento, como supracitado, traz o resultado das pesquisas aplicadas pelo MTUR para avaliação do PNT, sendo assim, os dados apresentados abaixo, são de autoria do MTUR e neste caso, cabenos, neste artigo, a interpretação e o confronto das dimensões analisadas pelo MTUR com as categorias de análise criadas.

No segundo momento, estas dimensões foram agrupadas em categorias para análise em conjunto e assim os objetivos do Macroprograma 4 foram confrontados com os resultados publicados pelo Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, sendo este também uma análise parcial dos resultados do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, realizados pelo Ministério do Turismo.

As treze dimensões abaixo apresentadas são resultantes da metodologia aplicada pelo Ministério do Turismo, na qual se procurou criar e avaliar indicadores de competitividade do turismo no contexto de uma política de descentralização do MTUR, tendo em vista os 65 destinos indutores espalhados pelo território brasileiro.

De acordo com MTUR os índices são o resultado da soma ponderada das treze dimensões avaliadas. Estas resultam de entrevistas realizadas pelo MTUR com representantes dos diversos setores envolvidos, direta ou indiretamente, com o turismo nesses destinos.

Depois dessa etapa, os índices foram divididos em cinco níveis de competitividade, correspondendo

ao desempenho mais baixo, representando uma situação deficiente a uma determinada dimensão, ao nível mais baixo, em contraponto o quinto nível ao melhor posicionamento que o destino pode alcançar. Dessa forma, a escala projetada pelo MTUR foi apresentada da seguinte forma (Quadro 1):

**Quadro 1** | Níveis de competitividade

Nível 1	0 a 20 pontos
Nível 2	21 a 40 pontos
Nível 3	41 a 60 pontos
Nível 4	61 a 80 pontos
Nível 5	81 a 100 pontos

Fonte: Ministério do Turismo, 2010.

A partir das dimensões avaliadas pelo MTUR, o próximo passo foi confrontar os resultados alcançados pelo MTUR, com os objetivos do Macroprograma 4 do PNT. Para realizar esse confronto optou-se pelo procedimento metodológico proposto por Bardin (1977) em uma das técnicas da análise de conteúdo denominada análise categorial, para isso criou-se as seguintes categorias: Descentralização, Gestão, Desenvolvimento Local, sendo estas, portanto, as bases para analisar as treze dimensões propostas pelo MTUR, nas quais se manifestam indicadores de competitividade do turismo no Brasil (Quadro 2).

#### 4. Análise dos resultados

A partir do ÍNDICE GERAL desmembrou-se o Quadro 4, onde sete das treze dimensões posicionaram-se acima da média nacional (de 56,0 pontos). Desta forma, de acordo com MTUR estabeleceu-se no quarto nível da escala: Infraestrutura geral (65,8 pontos); Aspectos ambientais (65,6); Atrativos turísticos (60,5); Acesso (60,5).

**Quadro 2** | Descentralização, Gestão, Desenvolvimento Local e seus componentes

<b>Categoria</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Objetivos</b>
Descentralização	Infraestrutura Geral	Promover o desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística
	Acesso	Apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas.
	Serviços e Equipamentos Turísticos	Possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização.
	Atrativos Turísticos	
Gestão	Marketing e Promoção do Destino	Integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo.
	Políticas Públicas	Aumentar o tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos.
	Cooperação Regional	Dinamizar as economias regionais.
	Monitoramento	
Desenvolvimento Local	Economia Local	Aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do País.
	Capacidade Empresarial	
	Aspectos Sociais	Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos.
	Aspectos Ambientais	
	Aspectos Culturais	Potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais.

Fonte: elaborado a partir de informações do PNT e Ministério do Turismo, 2010.

As dimensões que se posicionaram no terceiro nível foram: Economia local (59,5); Aspectos sociais (58,4); Capacidade empresarial (57,0). Já as dimensões relacionadas aos Aspectos culturais (55,9); Políticas públicas (55,2); Cooperação regional (51,1); Serviços e equipamentos turísticos (50,8); Marketing e promoção do destino (42,7), também se estabeleceram no terceiro nível da escala, no entanto obtiveram média abaixo da média nacional.

Já no segundo nível, Monitoramento (35,3) foi a única dimensão a posicionar-se neste nível.

Tomando os grupos das capitais e o das não capitais, apresentadas no Quadro 3, tem-se a seguinte situação: no grupo das capitais apresenta média de 64,1 pontos, destacando-se seis dimensões componentes com valor acima dessa média, quais sejam, Capacidade empresarial (82,7), Infraestrutura geral (74,3), Acesso (72,0), Economia local (70,7), Aspectos ambientais (71,3) e Aspectos sociais (64,2). A variável Aspectos culturais teve a mesma média geral (64,1).

Já no grupo das não capitais, um total 39 municípios estudados, de acordo com o Quadro 3, a média foi de 50,3 pontos, com destaque para oito dimensões que ficaram acima dessa média, a saber: Aspectos ambientais (61,5), Atrativos turísticos

**Quadro 3** | Grupo estudado pelo MTUR

<b>Macroregião</b>	<b>Capital</b>	<b>Não Capital</b>
Norte	6	5
Nordeste	9	14
Centro-Oeste	4	6
Sudeste	4	8
Sul	3	6

Fonte: elaborado a partir do Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional (Ministério do Turismo, 2010).

(61,3), Infraestrutura geral (59,8), Aspectos sociais (54,2), Cooperação regional (53,1), Acesso (52,3), Economia local (51,5) e Políticas públicas (50,7).

De seguida, passa-se a exposição dos dados apresentados pelo MTUR no Relatório Brasil 2010 do Índice de Competitividade do Turismo Nacional, segmentados pelas dimensões e, ao final da análise das dimensões agrupadas, segue a análise das categorias.

#### 4.1. Categoria Descentralização

Para analisar a categoria Descentralização elegu-se quatro das dimensões criadas pelo MTUR, sendo essas: Infraestrutura Geral, Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos e Atrativos Turísticos.

Quadro 4 | Resultados consolidados das dimensões

Dimensões	Média								
	Brasil			Capitais			Não Capitais		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Índice geral	552,1	554	556	559,5	661,9	664,1	446,9	448,4	550,3
Infraestrutura Geral	663,8	664,6	665,8	770,5	771,3	774,3	558,1	558,9	559,8
Acesso	555,6	558,1	660,5	666,9	669,9	772	447,5	449,7	552,3
Serviços e Equipamentos Turísticos	444,8	446,8	550,8	556,8	559,4	663,3	336,3	337,9	441,9
Atrativos Turísticos	58,2	59,5	60,5	56,6	58,5	59,5	59,3	60,2	61,3
Marketing e Promoção do Destino	38,2	41,1	42,7	46,3	47,5	46,8	32,4	36,5	39,8
Políticas Públicas	50,8	53,7	55,2	55,7	58,7	61,5	47,3	50,2	50,7
Cooperação Regional	44,1	48,1	51,1	42,9	47,1	48,3	45	48,8	53,1
Monitoramento	35,4	34,5	35,3	42,1	41,8	42,6	30,6	29,4	30
Economia Local	56,6	57,1	59,5	64,7	67,6	70,7	50,9	49,6	51,5
Capacidade Empresarial	51,3	55,7	57	72,1	78,1	82,7	36,6	39,8	38,6
Aspectos Sociais	57,2	57,4	58,4	62,3	63,1	64,2	53,5	53,4	54,2
Aspectos Ambientais	58,9	61,8	65,6	63,8	67	71,3	55,5	58,1	61,5
Aspectos Culturais	54,6	54,6	55,9	61,4	63	64,1	49,8	48,7	50

Fonte: Ministério do Turismo, 2010.

#### 4.1.1. Dimensão Infraestrutura Geral

Nesta dimensão o MTUR avaliou a capacidade de atendimento médico para o turista no destino, estrutura urbana nas áreas turísticas, fornecimento de energia e serviço de proteção ao turista, tendo a média nacional atingido o patamar de 65,8 pontos.

No que tange a classificação de capitais e não capitais, os resultados indicaram que as primeiras alcançaram a média de 74,3 pontos, e as segundas, 59,8 pontos.

Desta forma, no posicionamento da escala destacam-se as capitais no nível 4, enquanto as não capitais no terceiro nível, conforme critérios do Quadro 3.

O MTUR destacou esse resultado em função do número de destinos que contam com fornecimento de energia elétrica contínua e ininterrupta na alta temporada, mesmo sendo este um quesito que necessita apresentar desempenho satisfatório em todos os destinos. Outro fator positivo identificado foi o aumento no número de destinos que contam com grupamento especial para atendimento ao turista na Polícia Militar e com Programa de Proteção ao Turista na Polícia Civil. E, como um ponto a ser melhorado, destaca-se a capacidade de atendimento dos serviços médicos de emergência 24 horas.

#### 4.1.2. Dimensão Acesso

Nessa dimensão o MTUR analisou as seguintes variáveis: acesso pelas vias aérea, rodoviária, aquaviária, ferroviária e sistema de transporte no destino e proximidade de grandes centros emissores de turistas.

A média nacional nesta dimensão alcançou o índice de 60,5 pontos em 2010 – atingindo o 4º nível da escala, representando evolução em relação ao ano de 2009.

Em termos de competitividade, os índices das capitais, com média de 72 pontos, foram superiores aos resultados das não capitais, que atingiram a média de 52,3 pontos.

Nesta dimensão o MTUR destaca que, em grande parte dos destinos examinados, verificou-se problemas de congestionamentos e constatou-se a dificuldade de encontrar estacionamento nas áreas turísticas.

#### 4.1.3. Dimensão Serviços e Equipamentos Turísticos

Nesta dimensão as variáveis analisadas foram: sinalização turística, centro de atendimento ao turista, espaço para eventos, capacidade dos meios de hospedagem, capacidade do turismo receptivo, es-

trutura de qualificação para o turismo, e capacidade dos restaurantes. A média nacional foi 50,8 pontos, com pouca evolução em relação a 2009, mantendo-se no terceiro nível.

As capitais (63,3 pontos) foram superiores às não capitais (41,9 pontos). Nesse quesito ambas subiram seus níveis para respectivamente, 4 e 3. Em 2009, a média das capitais foi de 59,4 pontos, e a das não capitais, 37,9.

O MTUR destaca a ampliação no número de destinos que apresentam sinalização turística que obedece aos padrões do Ministério do Turismo, bem como os que contam com centro de atendimento ao turista. A causa disso pode ser as instituições de ensino com cursos voltados para o turismo, apresentadas em boa parte dos destinos. Um ponto negativo destacado pelo MTUR foi a ausência de guias de turismo registrados e a carência de restaurantes com capacidade de atendimento em idioma estrangeiro em parte dos destinos, dentre outros fatores.

#### 4.1.4. Dimensão Atrativos Turísticos

A elaboração do indicador dessa dimensão se deu em parte em relação à ampliação no número de destinos que aplicam estudo de capacidade de carga ou suporte ao principal atrativo natural. Outro ponto são as condições de acesso e de infraestrutura presentes nos locais, a adaptação dos atrativos para pessoas com qualquer tipo de deficiência torna-se

um fator que precisa ser planejado e desenvolvido nos destinos turísticos.

A média nacional alcançou 60,5 pontos (nível 4), com evolução positiva em relação a 2009 quando a média foi de 59,5 pontos (nível 3). Em relação as não capitais, registrou-se 61,3 pontos, resultado pouco superior ao das capitais, cuja média foi de 59,5 e situação inversa à do ano anterior. Dessa forma, a média das não capitais alcançou um nível superior ao do ano anterior, posicionando-se no nível 4; enquanto a média das capitais manteve-se no terceiro nível.

#### 4.1.5. Análise da Categoria Descentralização

Ao passo em que as cidades não capitais alcançam os diversos indicadores aqui referidos, entende-se que o Macroprograma 4 do PNT consegue atingir três de seus objetivos, sejam eles: promover o desenvolvimento e a desconcentração da atividade turística; apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões turísticas; e possibilitar a inserção de novos destinos e roteiros turísticos para comercialização.

No entanto, a partir dos dados analisados acima e do gráfico apresentado (Figura 1), apenas na dimensão Atrativos Turísticos as não capitais foram superiores às capitais. A dimensão Serviços e Equipamentos Turísticos foi a que se apresentou mais precária nesta categoria.

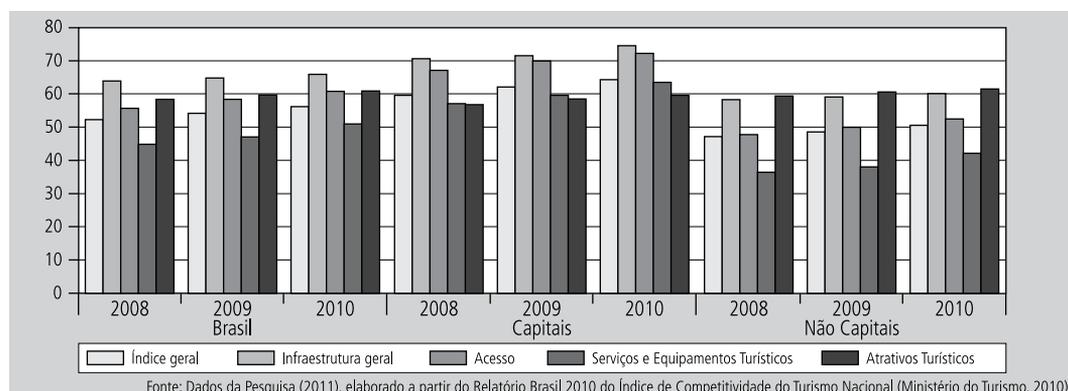


Figura 1 | Série histórica: Categoria Descentralização.

Como pode ser observado na figura anterior, em termos de evolução, nos três anos pesquisados as capitais demonstraram melhores resultados, isto pode ser explicado pelo fato de normalmente as capitais apresentarem melhores infraestruturas do que as cidades do interior por serem o centro administrativo do estado, entretanto, ao se confrontar estes itens com o aspecto fim avaliado nesta categoria, e tendo em vista o exposto acima, entende-se que na primeira categoria relacionada a descentralização o Macroprograma 4 do PNT não atinge seus objetivos.

## 4.2. Categoria Gestão

Para completar a Categoria Gestão foram consideradas as dimensões Marketing e Promoção do Destino, Políticas Públicas, Cooperação Regional e Monitoramento, por entender que a função exercida por essas dimensões dizem respeito as tarefas atribuídas ao Planejamento e Gestão dos destinos turísticos.

### 4.2.1. Dimensão Marketing e Promoção do Destino

A média nacional alcançou 42,7 pontos e, mesmo evoluindo em relação a 2009, manteve-se no terceiro nível da escala. Nesta dimensão as capitais apresentaram melhor desempenho frente às não capitais, obtendo 46,8 pontos e terceiro nível da escala frente a 39,8 pontos e segundo nível da escala das não capitais.

Neste aspecto o MTUR descreve que a elevação no índice de competitividade desta dimensão deve-se, entre outros fatores, ao acréscimo no número de destinos que apresentam prática institucionalizada de participação em feiras e eventos do setor de turismo. Além disso, em mais destinos produz-se material promocional e desenvolvem-se páginas na internet.

### 4.2.2. Dimensão Políticas Públicas

Nesta dimensão considerou-se a estrutura municipal para apoio ao turismo, grau de cooperação com

governo estadual, grau de cooperação com governo federal, planejamento para a cidade e para a atividade turística, grau de cooperação público privada.

A média atingiu 55,2 pontos, com elevação em relação a 2009, entretanto mantiveram o resultado no nível 3. Nesta dimensão, as não capitais também se situaram no terceiro nível, com média 50,7, enquanto as capitais (61,5), alcançaram o nível 4 da escala.

A pesquisa identificou evolução em termos de Políticas Públicas. De acordo com o MTUR um ponto positivo registrado em 2010 foi o aumento no número de destinos que dispõem de secretaria dedicada ao turismo. Outro fator foi a existência de planejamento formal para o turismo, mesmo que incipiente em alguns casos.

### 4.2.3. Dimensão Cooperação Regional

A média nacional foi de 51,1 pontos (nível 3). A média das não capitais foi 53,1 pontos. Os aspectos positivos destacados nesta dimensão pelo MTUR foram: a existência de instâncias de governança regionais para a maioria das regiões das quais fazem parte os destinos indutores, a participação em feiras e eventos para promoção e comercialização dos roteiros regionais ou da região turística, e o aumento no número de destinos que apresentaram planos de desenvolvimento turístico integrado.

### 4.2.4. Dimensão Monitoramento

As variáveis foram: pesquisas de demanda, pesquisas de oferta, sistema de estatísticas do turismo, medição dos impactos da atividade turística, e setor específico de estudos e pesquisas. A média nacional atingiu 35,3 pontos, média superior à de 2009. A média alcançada pelas capitais foi de 42,6 pontos, equivalente ao nível 3; enquanto as não capitais posicionaram-se no nível 2, obtendo 30 pontos.

Nesta dimensão o MTUR colocou a importância do desenvolvimento de pesquisas para orientar o planejamento da atividade turística e o desenvolvimento de estratégias de marketing eficazes. Destaca-

se também a carência de um conjunto organizado de estatísticas de turismo. A prática de monitoramento de impactos econômicos, sociais e ambientais da atividade ainda não apresentou ação efetiva.

#### 4.2.5. Análise da Categoria Gestão

A qualificação de regiões turísticas proporciona base para o planejamento regional, que gera o equilíbrio de comodidades e facilidades desejadas pelos turistas e pela comunidade local, desta forma, ao destino turístico, entendido principalmente por aqueles que têm a responsabilidade sobre este, cabe uma ferramenta imprescindível – o desenvolvimento de uma localidade como destino consolidado.

Uma vez elaborado e implementado um plano de desenvolvimento, este deverá ser monitorado com o objetivo de levar à gestão pública *feedback* do desenvolvimento do programa, aspectos a melhorar e, acima de tudo, a continuação do programa, o processo de monitoramento se torna salutar no desenvolvimento da atividade turística.

Assim, a junção dessas dimensões compõe a categoria Gestão preenchida pelos objetivos: integrar e dinamizar os arranjos produtivos do turismo; aumentar o tempo de permanência do turista nos destinos e roteiros turísticos; e dinamizar as economias regionais. Ao analisar a Figura 2 é possível observar que nesta categoria, com exceção da dimensão cooperação regional no ano de 2010, nas

dimensões e anos as capitais superaram os índices das não capitais.

Analisando a figura anterior, um ponto a se destacar, que merece ser repensado com cuidado pelos destinos, é a dimensão monitoramento que mostra baixos valores tanto na média geral referente ao Brasil, quanto nas capitais e nas não capitais, e como mostrado no Quadro 4, é a única dimensão a se posicionar no nível 2 da escala de índice geral.

Tendo em vista o exposto, é possível perceber que nesta categoria os objetivos do Macroprograma 4 também ficaram aquém do esperado.

### 4.3. Categoria Desenvolvimento Local

Para analisar a Categoria Desenvolvimento Local foram consideradas as dimensões: Economia Local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais, por entender que os desenvolvimentos destas dimensões enquadram-se nos conceitos de desenvolvimento local.

#### 4.3.1. Dimensão Economia Local

Para chegar-se ao índice da dimensão Economia Local, analisaram-se as seguintes variáveis: aspectos da economia local, infraestrutura de comunicação, infraestrutura de negócios, e empreendimentos e

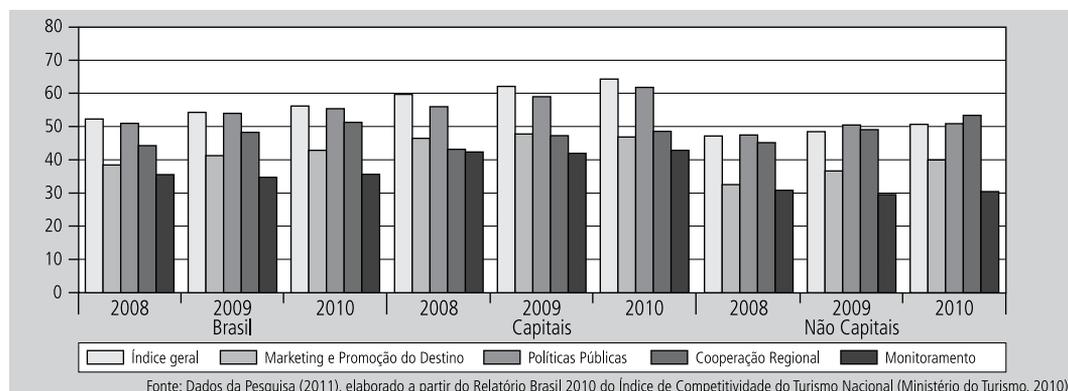


Figura 2 | Série histórica: Categoria Gestão.

eventos alavancadores. Além destes fatores, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, o PIB per capita e o volume de operações de crédito do destino.

A média nacional atingiu 59,5 pontos (nível 3). Nesta dimensão as capitais alcançaram a média de 70,7 pontos e as não capitais, 51,5, revelando que tais pontuações se situaram nos níveis 4 e 3, respectivamente, repetindo as médias do ano de 2009.

De acordo com o MTUR o avanço no número de destinos onde há políticas de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços foi um dos fatores que contribuíram para a elevação da média nacional nesta dimensão.

#### 4.3.2. Dimensão Capacidade Empresarial

Considerou nesta dimensão a capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local, presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo, concorrência e barreiras de entrada, e presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias como variáveis para a composição deste índice. A média atingiu o índice de 57,0 pontos (nível 3), mesmo nível alcançado no ano anterior. As capitais atingiram a média de 82,7 pontos (nível 5), enquanto a média das não capitais foi de 38,6 pontos (nível 2), como em 2009.

Nesta dimensão o MTUR aponta a relevância das capitais em relação às não capitais devido principalmente à presença de empresas de grande porte, além de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo. E destacam que, apesar disso, ainda são poucos os destinos que apresentam condensação de empreendimentos ligados ao turismo.

#### 4.3.3. Dimensão Aspectos Sociais

Para considerar o índice desta dimensão o MTUR analisou como variáveis o acesso à educação, empregos gerados pelo turismo, política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil, uso de atrativos e equipamentos turísticos pela

população, cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Desta forma, a média nacional alcançou 58,4 pontos (nível 3). A média das capitais alcançou 64,2 pontos (nível 4), ao passo que as não capitais atingiram a média de 54,2. Em 2009, as capitais haviam atingido 63,1 de média, e as não capitais, 53,4 pontos.

Na análise desta dimensão o MTUR identificou como fatores positivos um número maior de destinos que desenvolvem políticas de enfrentamento à exploração sexual de crianças e de adolescentes, e que dispõem de política de sensibilização da comunidade sobre a importância da atividade turística (Ministério do Turismo, 2007). Entretanto, como pontos negativos o MTUR destacou o emprego informal nas atividades relacionadas com o turismo.

#### 4.3.4. Dimensão Aspectos Ambientais

Esta dimensão foi composta das variáveis estrutura e legislação municipal de meio ambiente, atividades em curso potencialmente poluidoras, rede pública de distribuição de água, rede pública de coleta e tratamento de esgoto, coleta e destinação pública de resíduos, e Unidades de Conservação no território municipal. A média nacional atingiu 65,6 pontos com evolução em comparação a 2009 e mesmo com o avanço, a média manteve-se no quarto nível.

No que tange as capitais, estas atingiram a média de 71,3 pontos apresentando elevação quanto aos resultados obtidos em 2009. Já as médias das não capitais em 2010, 61,5 pontos, evoluiu em relação a 2009 mostrando-se suficiente para promover o reposicionamento deste grupo, do nível 3 ao quarto nível da escala.

Nesta dimensão o MTUR destacou que a maioria dos destinos avaliados na pesquisa encontrou como fator a existência de secretaria municipal e de conselho ou fórum de meio ambiente (Ministério do Turismo, 2007), por outro lado há gargalos relativos a destino de resíduos sólidos, por exemplo.

#### 4.3.5. Dimensão Aspectos Culturais

Para esta dimensão o MTUR analisou como variáveis: produção cultural associada ao turismo, patrimônio histórico e cultural, e estrutura municipal de apoio à cultura.

A média nacional foi de 55,9 pontos, superior aos 54,6 pontos em 2009, mas mantendo-se no nível 3 da escala. A média das capitais foi de 64,1 pontos (nível 4). As não capitais, por sua vez, alcançaram média de 50,0 pontos (nível 3).

Como ponto positivo destacou-se o desenvolvimento de ações, entre elas a criação de uma política municipal de cultura e a estruturação do órgão da administração pública local responsável pela gestão cultural nos destinos, bem como, o aumento no número de destinos que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura. No entanto, a grande maioria dos destinos ainda não dispõe de controle de capacidade de carga ou suporte para a utilização do patrimônio cultural.

#### 4.3.6. Análise da Categoria Desenvolvimento Local

Proporcionar desenvolvimento a lugares distantes das capitais é um desafio para o PNT. Sen (1999) e Sachs (2004) apontam o desenvolvimento como ligado à universalização e ao exercício efetivo

de todos os direitos humanos, sejam políticos, civis, econômicos, sociais e culturais, bem como direitos coletivos ao desenvolvimento e ao ambiente.

Dessa forma, entendeu-se que a união das dimensões Economia Local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais compreenderiam este conceito de desenvolvimento e, alinhados aos objetivos Aumentar e diversificar produtos turísticos de qualidade, contemplando a pluralidade cultural e a diferença regional do País, Fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos e Potencializar os benefícios da atividade para as comunidades locais satisfazem ao conceito de desenvolvimento local.

Ao avaliar a Figura 3, ainda fica evidente a dimensão Capacidade Empresarial e Economia Local das capitais muito acima das não capitais. As dimensões Aspectos Sociais, Ambientais e Culturais das não capitais também ficaram abaixo tanto da média das capitais como da média nacional, no entanto, é válido ressaltar uma evolução do ano de 2008 a 2010. Contudo, analisando a mesma figura, e comparando-o aos objetivos citados para esta categoria, o Macroprograma 4 também não atingiu seus objetivos.

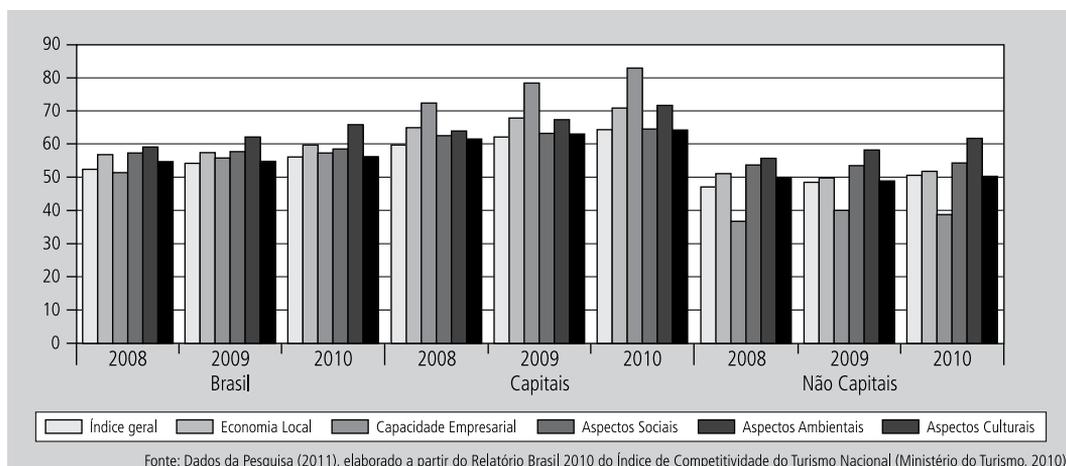


Figura 3 | Série histórica: Categoria Desenvolvimento Local.

## 5. Considerações Finais

Na medida em que a atividade turística advém como propulsora para o desenvolvimento local, a administração pública deve assumir o seu papel enquanto provedora e reguladora da atividade. Ademais, ainda devem ser priorizadas atividades promotoras de infraestrutura básica necessária ao bom desempenho da atividade e o estabelecimento do planejamento de políticas públicas voltadas à vocação e adequação à oferta e à demanda turística.

Neste sentido, o MTUR elaborou o PNT como o instrumento norteador do país para o desenvolvimento da atividade turística. Particularmente o PNT 2007/2010 teve como perspectiva a expansão e o fortalecimento do mercado interno, a promoção do turismo como fator de desenvolvimento regional, a descentralização e a inclusão social. Especificamente o Macroprograma 4 foi entendido como aquele que desenvolveu estes objetivos.

Neste contexto criaram-se três categorias de análise: Descentralização, Gestão, Desenvolvimento Local, sendo estas, portanto, as bases para analisar as treze categorias propostas pelo MTUR, nas quais se manifestam indicadores de competitividade do turismo no Brasil.

Em relação à categoria Descentralização entendeu-se que para a construção de um destino é preciso que ele tenha suporte para oferecer tanto aos seus visitantes quanto à população local. Neste aspecto a existência da infraestrutura, tanto básica para a comunidade quanto aquela para receber o turista, aliados aos atrativos turísticos e ao acesso são atributos fundamentais para a consolidação de um destino. Entretanto, viu-se que de fato a descentralização não foi atingida pelos resultados apresentados, visto que evolução buscada pelas dimensões consideradas para esta categoria ainda se mantém nas capitais.

No que diz respeito à segunda categoria analisada como Gestão, entendendo-se neste aspecto como aqueles agentes, tanto públicos e privados,

com a capacidade de prover um maior dinamismo e uma ferramenta importante em suas mãos para o desenvolvimento do turismo. Na análise desta categoria os resultados também se mostraram aquém do esperado, concentrando os melhores resultados nas capitais.

A principal busca do PNT é levar o desenvolvimento, fontes alternativas de renda e inclusão aos municípios com potencial turístico. Entendendo o turismo como propulsor a um desenvolvimento, coube-nos nesta categoria analisar, por meio das dimensões Economia Local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais, o alinhamento entre essas por entender que a cumplicidade e a evolução conjunta entre essas dimensões leva em consequência ao desenvolvimento local, distinguindo de conceitos anteriores onde o desenvolvimento era visto apenas como enriquecimento material.

Entretanto na análise desta categoria também foi possível observar que, mesmo apresentando evolução na análise histórica, a maioria dessas dimensões se mostraram abaixo da média nacional, e ainda comparando-o aos objetivos citados para esta categoria, o Macroprograma 4 também não atingiu seus objetivos.

Por fim, entende-se que a atividade turística pode sim contribuir com o desenvolvimento de uma localidade, no entanto, esta deve ser planejada de forma cautelosa para que ao chegar do turista, todas as dimensões analisadas estejam de forma satisfatória ao visitante e principalmente à comunidade local, que deve se identificar com a atividade para que possa bem receber o turista.

Neste sentido, mesmo vendo que os objetivos do Macroprograma 4, dentro e conforme as categorias analisadas, não foram atingidos, é válido destacar que o PNT 2007/2010 é apenas o segundo documento criado pelo MTUR para o desenvolvimento do turismo no Brasil, assim, ao passo em que as avaliações vão sendo realizadas, muito se pode retornar ao MTUR com vistas a contribuir com um desenvolvimento efetivo.

## Referências

- Barbosa, L., 2009, *Observatório de Inovação do Turismo*, Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Bardin, L., 1977, *Análise de Conteúdo*, Edições 70, Lisboa.
- Bolson, J., 2006, *Turismo e políticas públicas: uma análise da implementação dos circuitos turísticos de Minas Gerais através da percepção dos seus gestores, empresários e comunidade local*, Dissertação de Mestrado, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.
- Bresser-Pereira, L., e Spink, P. (org.), 2006, *Reforma do Estado e administração pública gerencial*, 7 ed., Editora FGV, Rio de Janeiro.
- Buarque, S., 1999, *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*, Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA, INCRA/IICA, Brasília.
- Cruz, R., 2002, *Política de turismo e território*, 3 ed., Contexto, São Paulo.
- Furtado, C., 2000, *Introdução ao Desenvolvimento: Enfoque histórico-estrutural*, 3 ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Gava, R., 2009, *Autodeterminação Local e Desenvolvimento: Uma Análise da Dinâmica Social do Município de São Roque de Minas*, Tese de Doutorado, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Gomes, B., e Santos, A., 2007, Influências das Políticas Públicas de Turismo nas Transações entre os Agentes: Uma Análise sob a Ótica da ECT, *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, Vol. 1(2), pp.72-100, [<http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/87/86>], (Site acessado em 21 janeiro 2011).
- Malhotra, N., 2001, *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*, 3 ed., Bookman, Porto Alegre.
- Mamberti, M., e Braga, R., 2004, Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local, *Revista Estudos Geográficos*, Rio Claro, [<http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/publicacoes/TextosPDF/mamberti01.pdf>], (Site acessado em 21 janeiro 2011).
- Ministério do Turismo, 2003, *Plano nacional de turismo 2003/2007*, MTUR, Brasília.
- Ministério do Turismo, 2004, *Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil: Diretrizes Básicas*, MTUR, Brasília.
- Ministério do Turismo, 2007, *Plano nacional de turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão*, MTUR, Brasília.
- Ministério do Turismo, 2010, *Índice de Competitividade do Turismo Nacional. 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Relatório 2010*, MTUR, Brasília.
- Monteiro, D., 2008, *Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Moreira, S., 2005, Análise documental como método e como técnica, in Duarte, J., e Barros, A. (orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*, Atlas, São Paulo, pp. 269-279.
- Oliveira, C., e Zouain, D., 2011, *Gestão Social e Turismo: Ensaio sobre a Gestão Pública do Turismo Brasileiro*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Richardson, R., 1999, *Pesquisa social: métodos e técnicas*, Atlas, São Paulo.
- Rua, M., 1998, Análise de políticas públicas: conceitos básicos, in Rua, M., e Carvalho, M. (org.), *O estudo da política: tópicos selecionados*, Paralelo, Brasília, pp. 231-260.
- Sachs, I., 2004, *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*, Garamond, Rio de Janeiro.
- Sen, A., 1999, *Desenvolvimento como Liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Souza, C., 2007, *Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.
- Tenório, F., 2006, Escorços sobre gestão pública e gestão social, in Martins, P., e Pieranti, O. (org.), *Estado e gestão social: visões do Brasil contemporâneo*, Editora FGV, Rio de Janeiro.